

A Influência da Ética do Professor na Formação Moral e Valores da Criança

*Kátia Gonçalves Nogueira¹
Juliana de Alcântara Silveira Rubio²*

Resumo

Este trabalho pretende uma reflexão sobre a ética e moral, sobre sua importância e a função de educar moralmente. Para isso iniciamos com a origem da ética que vem da palavra grega “ethos”. O modelo de ensinar nos tempos antigos era mais rígido, a formação da Paidéia e de seus ensinamentos para os meninos tinha como objetivo além do educar, criar um ser responsável, crítico, moral. Que agia perante a sociedade dignamente.

Palavra chave: ética, moral, professor, aluno.

1. Introdução

O interesse por este tema surgiu da intenção de abordar o assunto “ética, moral e valores” e como as atitudes do professor interferem na formação do aluno.

Usamos a palavra ética para referendar a “atitude do professor”, pois a ação do professor é um importante mecanismo para o desenvolvimento da aprendizagem e conceitos morais da criança, ressaltando, é claro, que não é somente na escola que as crianças adquirem uma formação moral e contínua.

Ao perceber a importância da formação moral para o desenvolvimento intelectual e social da criança, sente-se a necessidade de direcionar a pesquisa a fim de verificar também, qual o espaço que o professor ocupa atualmente no ambiente escolar.

Constatando a vasta publicação nesse sentido, faz-se a pergunta: como a ética do professor pode influenciar na formação da moral e dos valores da criança?

Por um longo período confundiu-se “ensinar” com “transmitir” onde se tinha o aluno como um agente passivo da aprendizagem sendo o professor um transmissor. Atualmente o que ensinar e transmitir para o aluno não é apenas aplicar as disciplinas e sim mostrar que a inteligência também é acompanhada de uma boa conduta moral do aluno, ajudando-o a construir suas novas descobertas, desenvolvendo e enriquecendo sua personalidade e

¹ Aluna do curso de pós – graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional da FAC – São Roque.

² Mestre em Educação pela UNESP. Professora Orientadora.

simbolizando um instrumento pedagógico que leva o professor à condição de condutor, estimulador e avaliador da aprendizagem.

2. A ética através dos tempos

A palavra Ética tem sua origem grega "ethos", tendo seu correlato no latim "morale", as duas tem o mesmo significado: conjunto de condutas, aspectos relativos aos costumes. Devido a este elemento, até os dias de hoje, ética e moral parecem conceitos que andam juntos até mesmo na própria definição de ética. Segundo o dicionário Aurélio (Ferreira, 1988, p. 288), a ética é encarada como: “o estudo dos juízos de apreciação que se referem à conduta humana susceptível de qualificação do ponto de vista do bem e do mal, seja relativamente à determinada sociedade, seja de modo absoluto; moral”.

Sábios e retóricos gregos do século 5 a.C, que vendiam seus ensinamentos filosóficos, atuando como professores, os sofistas rejeitaram o fundamento religioso da moral, considerando que os princípios morais são resultado das convenções sociais. Nessa mesma época, o famoso filósofo Sócrates se contrapôs à posição dos sofistas, buscando os fundamentos da moral não nas convenções, mas na própria natureza humana.

Para Aristóteles (384-322 a.C) apud Vidari(1922, p.14), todas as atividades humanas aspiram a algum bem, dentre os quais o maior é a felicidade. Segundo esse filósofo, entretanto, a felicidade não consiste em prazeres ou riquezas. Aristóteles considerava que o pensar é aquilo que mais caracteriza o homem, concluindo daí que a felicidade consiste numa atividade da alma que esteja de acordo com a razão.

De acordo com Vidari (1922, p. 16):

A Ética é a ciência que, tendo por objeto essencial o estudo dos sentimentos e juízos de aprovação e desaprovação absoluta realizados pelo homem acerca da conduta e da vontade, propõe-se a determinar: qual é o critério segundo a conduta e a vontade em tal modo aprovada se distinguem, ou ainda, qual é a norma, segundo a qual se opera e deve operar a vontade em tal conduta, e qual o fim que na mesma e para essa se cumpre e se deve cumprir; em que relações de valor estão com observância daquela norma e obtenção daquele fim as diversas formas de conduta, individual ou coletiva, tais como se apresentam na sociedade e na época à qual pertencemos.

Os recém-nascidos espartanos eram examinados por um conselho de anciãos que ordenava eliminar os que fossem portadores de deficiência física ou mental ou não fossem suficientemente robustos (uma forma de eugenia³). As crianças Espartanas eram espancadas pelos pais para se tornarem mais fortes, e, se não fossem, morreriam. A partir dos sete anos de

³Eugenia – o estudo das condições mais propícias à reprodução e melhora da raça humana.
Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 6 – nº 1 - 2015

idade, os pais (cidadãos) não mais comandavam a educação dos filhos. As crianças eram entregues à orientação do Estado, que tinha professores especializados para esse fim. Os jovens viviam em pequenos grupos, levando vidas muito austeras, realizavam exercícios de treino com armas e aprendiam a tática de formação.

As mulheres recebiam educação quase igual à dos homens, participando dos torneios e atividades desportivas. O objetivo era dotá-las de um corpo forte e saudável para gerar filhos sadios e vigorosos. Segundo Franco Cambi, no seu livro “História da Pedagogia”, existe diferenças entre a educação em Esparta e Atenas:

A educação desenvolvida em Esparta e Atenas constitui dois modelos educativos diferentes. Em Esparta, a perspectiva militar orientava a formação de cidadãos-guerreiros, defensores do Estado. Já em Atenas, predominava um tipo de formação mais livre e aberta, que, de modo mais amplo, valorizava o indivíduo e suas capacidades. (CAMBI, 1999, p.87)

Os filhos eram criados para a guerra fazendo assim se tornarem bárbaros, violentos, e às vezes pareciam apenas objetos que carregavam o nome da família com sangue na espada desde novos, e isso era um grande orgulho para as famílias. Transformá-los em muitas vezes sanguíneos era prazeroso e muitas vezes viciante.

Esteves apud Adorno (1990, p. 37) ressalta que: “a violência é um tipo de manifestação que atenta contra a possibilidade de construção de sujeitos livres na sociedade e tem por referência uma vida reduzida e alienada”.

Partindo desta cadeia de raciocínio, Aristóteles se torna o primeiro filósofo a sistematizar um complexo estrutural pelo conceito de ética. Para Aristóteles, a principal função da ética está em delimitar o bom e o ruim para o homem, sendo que a dualidade corporeamente se arquiteta como o princípio basilar de seu sistema teórico. De acordo com o referido autor, toda arte e saberes humanos tendem para o bem, materializado na elevação do pensamento e escravização do corpo a alma.

Aristóteles (apud Vidari1922, p.13) diz que: “a excelência humana significa, dizermos nós, a excelência não do corpo, mas da alma, e também dizermos que a felicidade é uma atividade da alma”.

Devido a estas características, destacamos o fato de a ética de Aristóteles ser uma ética adaptativa, a qual não buscava transformar a realidade, mas enraizar seus indivíduos acriticamente em seu interior. Esta filosofia tem como princípio universal a felicidade, alcançada pelo corpo e para além dele, sendo que o homem ético deve ter esta como guia orientador, e essa filosofia continua mesmo após a morte de Aristóteles.

Contudo, se partirmos do princípio de que a ética representa tanto um pensar filosófico como um conjunto de ações teológicas direcionados para determinados objetivos presentes no seio de toda a população, uma pergunta se faz presente: de que local emerge a ética do povo? Acreditamos que esta resposta deva ser buscada nos sistemas religiosos componentes de cada sociedade em particular. Contudo ele resumia:

(...) adquire-se tal ou tal disposição ética agindo de tal ou tal maneira... O caráter não é mais o que recebe suas determinações da natureza, da educação, da idade, da condição social; é o produto da série de atos dos quais sou o princípio. Posso ser declarado autor de meu caráter, como o sou dos meus atos (ARISTÓTELES, apud VIDARI1922, p.105).

A religião tece a moral do povo dizendo o que se deve ou não fazer em sua conduta moral, enquanto que a filosofia tece a das elites. Religião e senso comum estiveram umbilicalmente ligados desde seu surgimento, mesmo porque a crítica nunca soou bem aos ouvidos religiosos.

Assim, apesar de a concepção de ética ser forjada filosoficamente, inclusive sua confusão com a moral, esta sempre esteve presente na vida da população, uma vez que a linguagem e a vida em sociedade carregam inequivocamente a necessidade do estabelecimento de um conjunto de normas que devem ser seguidos e refletidos para que seu modo operante avance qualitativamente.

Aliás, não podemos nos esquecer de que até os dias atuais a religião marca fortemente a concepção de ética e moral socialmente aceita, o que não é necessariamente ruim, desde que criticamente refletido. Como bem ressalta Dostoievsky(2001, p. 116): “Se Deus não existe tudo está permitido, logo, qualquer noção de liberdade, democracia, progresso ou igualdade é jogada por terra. Vale apenas o aqui e agora, vive-se para o presente, morre-se também por ele”.

Ser ético para a igreja católica era seguir a vida conforme os princípios estabelecidos pelos 10 mandamentos e em concordância com este ser superior, fato que levaria todos os homens, de acordo com a concepção católica, a preencher sua vida de felicidade e sentido. Ellen G. White (1997, p. 13), descreve de maneira clara aquilo que o sistema educacional tem considerado como sendo o conceito e objetivo fundamental da educação cristã. Ela afirma que:

A verdadeira educação significa mais do que a preparação para a vida presente. Visa o ser todo, e todo o período da existência possível ao homem. É o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, intelectuais e espirituais. Prepara o estudante para o gozo do serviço neste mundo, e para a aquela alegria mais elevada por um mais dilatado serviço no mundovindouro. (WHITE, 1997, p 187)

Platão considerava que a Paidéia só poderia ser implementada por aquele que tivesse passado por um longo processo de aprendizagem através do qual tivesse podido ascender às verdades essenciais e eternas, desfazendo-se de preconceitos e da aparência vulgar das coisas e obtendo a ciência da urdidura de cidadãos e da cidade. Ou seja, para ensinar a virtude, era preciso um processo longo de aprendizagem, de formação, de conhecimento e, principalmente, de vivência prática das virtudes.

A elevação da alfabetização aconteceu com o movimento da Reforma, causado pelo protestantismo, que passou a traduzir a bíblia para a língua natal de cada povo mostrando e dizendo a todos que quem lê a bíblia pode ler o mundo, passou a colocar a razão como um elemento fundamental para se chegar à verdade e ser ético, na medida em que não há ética sem verdade. Fazendo-se assim pela primeira vez a razão e não a fé ser encarada como uma base do homem ético.

Nesse período, com a obra “O Príncipe” (1977) Maquiavel surge e revoluciona o conceito de ética promovendo independência da política em relação a moral, onde o homem não tinha mais o propósito em ser bom e sim feliz independente dos meios que usasse para realizar, “os fins justificam os meios”, estabelece ainda que não necessariamente os valores morais sejam bons, mas sim relativos às situações sociais quais são aplicados.

Maquiavel (1977, p. 87) em sua obra afirma que não se pode chamar de valor a traição de amigos, a mentira contada, falta de perdão ou piedade, assassinatos cometidos aos cidadãos. Segundo ele essas podem ser algumas atitudes tomadas que podem ter como consequência a conquista de um império, mas não de glória. Percorrer o caminho em que está destinado pela própria natureza para alcançar a felicidade de um modo correto, onde a boa mentira está sendo dispensada pelos valores éticos que estão sendo ao homem atribuídos.

Em um período histórico similar, Thomas Hobbes e Espinosa se tornaram personagens importantes comparados até mesmo com Aristóteles para a transformação do conceito de ética. Espinosa estabelece uma forma de pensamento para conduzir a vida cada um com sua própria maneira, resolve várias questões substanciais e atribui a ética ao sentido ethos.

Para Espinosa (1983, p 17), a felicidade é um dos últimos objetivos da ação humana e pode ser adquirida e encarada como a ausência de dor e a presença do prazer, além da união entre corpo e alma não vistas mais como unidades separadas estabelecendo uma nova visão da sociedade sobre o corpo. Espinosa não vê a humildade como virtude e sim como um sinal de fraqueza, se opondo assim à ética cristã onde um sistema moral não pode ensinar ao homem a

ser submisso admirando a modéstia por ser propulsora de conhecimento onde a constituição do homem ético é através da sabedoria e conhecimento não tendo como ser ético e ignorante ao mesmo tempo.

Em seu sistema filosófico, Espinosa (1991, p.15) concretiza que o desejo e o pensamento é uma via de mão dupla conduzida pelo calor, ao pensamento não deve faltar o calor do desejo e ao desejo brilho do pensamento. E na questão religiosa reafirma sua filosofia em três concepções de caráter ideal e de vida moral:

(...) Uma é de Buda e Jesus, que dá preponderância às virtudes femininas; Outra é a ética de Maquiavel e de Nietzsche, que dá preponderância às virtudes masculinas, que aceita a desigualdade dos homens; que se deleita nos riscos do combate, da conquista e do mando; que identifica virtude com poder e exalta a aristocracia hereditária. Uma terceira é a de Sócrates, Platão e Aristóteles, que considera que somente os espíritos maduros e bem informados podem decidir, de acordo com as circunstâncias. O que distingue a ética de Espinosa é que ela reconcilia inconscientemente essas filosofias aparentemente hostis e que as enlaça numa unidade harmoniosa e nos apresenta desse modo um sistema de moral que é o do pensamento moderno.

Kant, como o primeiro grande pensador iluminista da ética na Idade Moderna, mostra que os seres humanos devem ser encarados como fins e não meios para o alcance de determinados interesses. Kant (1980, p.15) diz que somos insaciáveis por natureza e por tal motivo somos egoístas, ambiciosos, agressivos, destrutivos, cruéis, ávidos de prazeres que nunca nos satisfazem, por tais instintos insatisfeitos nós matamos, mentimos, roubamos, etc.

Para ele, nós deveríamos nos submeter ao dever, onde a principal função seria controlar nossos instintos. Kant define sua ética como uma ética formal, afirmando que o valor moral considerado como bom está coberto de restrições e não consiste em mais do que uma boa vontade, onde é determinada pelas consequências que produzimos. Esta proposição faz com que Kant destaque que qualquer valor moral deve ser determinado a respeito de um dever estabelecido e não por alguma tendência ou predileção a determinados valores.

O ponto filosófico sobre a ética de Kant é que estabelece sua ética em termos universais, válida para qualquer ser racional, ou seja, a todos os seres humanos sem qualquer exceção.

Roubar é uma atitude deplorável não importa a classe, idade ou gênero, e sua consequência deve ser um castigo similar a qualquer outro delito. Por isso, Kant (2002, p.18), afirma que o que se deve ser julgado é apenas a motivação ética do ato e não as consequências morais do mesmo.

Para Lênin (1982, p. 532) o socialismo que foi desenvolvido através dos tempos tinha uma moral de fazer o avanço da democracia, liberdade e valores expressados pelo

homem e uma ética que se resumia a uma reflexão do processo que cada ser desenvolvia ligada a classe dominante em termos espirituais e materiais.

Lênin (1982, p.534) diz que: “a moral é o que serve para destruir a velha sociedade exploradora e para unir todos os trabalhadores em torno de proletariado, que está construindo uma nova sociedade comunista”.

Nietsche(1925, p. 542)desempenhou e aprimorou suas ideias sobre moral e ética quando resolveu rejeitar uma visão moralista do mundo e colocar o que estava acontecendo no presente como o importante, alegando sempre que o futuro e passado pouco dizem respeito à ética e ou a moral diferente do que se faz agora no presente.

Em Nietsche (1925, p. 356) um processo de submissão do corpo ao pensamento ainda era visto como ética, moral e costumes, contudo, atribui os valores éticos ao campo das emoções e não da razão, sendo que o homem ético pode ser definido como aquele que não reprime seus instintos, desejos e emoções, mas os concretiza com atos que se sente bem.

Para Foucault a moral é algo onde cada ser cria a sua, seu estilo, seu modo de vida, usando o corpo da maneira que se sinta bem, seria o Livre Arbítrio realmente, podendo cada pessoa fazer e ser da forma que ela realmente quer e não como a sociedade exige. Foucault (1979, p. 235) define a moral com as seguintes palavras:

(...) práticas refletidas e voluntárias através das quais os homens não somente se fixam regras de conduta, como também, procuram se transformar, modificar-se em seu ser singular e fazer de sua vida uma obra que seja portadora de certos valores estéticos e responda a certos critérios de estilo.

Foucault assim como Freud, chama a atenção, principalmente em seus estudos, sobre a sexualidade, onde as regras morais não determinam nosso modo de ser, mas nos condicionam, logo, o ser humano não é um projeto pronto e acabado de antemão, não se configura como um computador, por exemplo, mas um ser em constante processo de transformação, sendo que a ética, mais do que uma submissão, sinônimo da moral, representa nosso questionamento, a problematização e, em termos gerais, o pensamento sobre os fenômenos manifestos na vida cotidiana e não cotidiana. Ele tenta mostrar o pensar eticamente quando propõe maneiras de ser diferente e prezar pelas diferenças questionando valores, normas e as novas relações dos homens de acordo com a realidade de cada um.

O alicerce de toda construção ética tem como pressuposto balizar o outro, segundo Boff (2001, p.8). É quando a diferença emerge diante de nós que podemos tecer um comportamento efetivamente ético. Ainda de acordo com ele, por diversas vezes esse outro pode ser a mesma pessoa simbolizada por um processo de volta a consciência, na qual analisa

diversos valores morais e os definem em termos de causa, consequência e origem epistemológica. O outro pode ser uma mulher, um branco, negro, portador de HIV, pobre, rico, pode ser o próprio planeta no qual vivemos, e por isso, o comportamento ético envolve uma atitude de busca e aplicação do conhecimento com vistas a melhorar nossa relação com esse outro.

A diferença nos obriga a posicionarmo-nos, revelando nossos anseios e desejos. Neste sentido a indiferença não deixa de ser uma posição na qual nos colocamos. Luxemburgo (2006, p.19) diz que: “é tão fácil respeitar aqueles que pensam da mesma forma que nós, o difícil é penetrar na lógica da diferença, do não trivial, do inesperado”. Para Boff (2001, p.6) a ética surge a partir desta relação com os diferentes:

A cooperação de todos com todos funda uma nova ótica que, por sua vez, origina uma nova ética de convivência, cooperação, sinergia, solidariedade, de cuidado de uns com os outros e de comunhão de todos com todos e com a Terra, com a natureza e com seus ecossistemas. A partir desta ética nós nos contemos, submetemo-nos a restrições e valorizamos as renúncias em função dos outros e do todo.

Conforme os anos se passaram não somente os autores adaptaram a ética, mas por fim nós, considerados leigos por não nos aprofundarmos no estudo da ética, mas convivemos no dia-a-dia com pessoas e culturas diferentes, adquirimos cada valor, moral e ética destes que se passaram, respeitando ao próximo, seguindo religiões e até mesmo aceitando ou convivendo com as diferenças dos outros, baseando-se no outro que Boff cita, no convívio e na relação que mantemos com o próximo e com o respeito que temos pelo mesmo.

3. A ética na educação

Existem no mundo diversas sociedades, regras e costumes que influenciam no comportamento. Assim como a cultura varia, as normas culturais também. Dessa forma a sociedade se estrutura de forma diferente. Juntos, estes acabam formando um conjunto de valores com o que se pode ou não fazer em sua concepção, tornando-se propriedades que são atribuídas à realidade dos seres humanos a partir das relações que os mantêm de acordo com as necessidades, desejos, condições e circunstâncias em que se vive.

A família é o primeiro espaço de convivência da criança. Ao lado da família, outras instituições sociais veiculam valores e desempenham um papel na formação moral e no desenvolvimento de atitudes. A presença constante dos meios de comunicação de massa nos espaços públicos e privados confere a eles um grande poder de influência e de veiculação de valores, de modelos de comportamento. A religião contribui da mesma forma. As várias

instituições sociais, motivadas por interesses diversos concorrem quando buscam desenvolver atitudes que expressam valores.

A palavra professor vem de "professar", que, além de lecionar, significa "declarar publicamente uma convicção ou um compromisso de conduta". Os professores são líderes, os representantes dos modelos referenciais em que estudantes solidificam as suas bases.

Segundo Reboul (1992, p.53):

A educação aparece como uma relação vertical, o sentido de que o professor se situa acima do aluno, o responsável, aquele que sabe acima daquele, que ignora o adulto acima da criança. Uma relação de autoridade, portanto, do professor, do examinador, da instituição.

A escola tem um papel de formar cidadãos, dar aos alunos os ensinamentos de que eles necessitam para viver e trabalhar neste mundo de evolução, bem como orientá-los para a vida.

Libâneo(1998, p 64), afirma que a escola com a qual sonhamos deve assegurar a todos a formação que ajude o aluno a transformar-se em um sujeito pensante, capaz de utilizar seu potencial de pensamento na construção e reconstrução de conceitos, habilidades e valores.

Para o professor, a escola é um lugar de construção de relação da autonomia do aluno, criação e recriação do seu trabalho onde possibilita a relação com a instituição. É preciso atentar para a evolução do mundo e orientar o estudante para a vida, dar ao aluno condições para se inserir no meio social.

Através da cultura e criação cultural adquire-se o que e como se deve ser e fazer, a partir de orientações nas condutas do indivíduo, fazendo-se assim ter como moralidade valores relacionados ao bem e ao mal, ao certo e ao errado, o que se deve fazer ou não, buscando sempre a melhor maneira de agir.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), 1997, p.43, os conteúdos se concretizam de acordo com o valor social e específico variando de sociedade para sociedade, cultura para cultura, seus interesses e poderes, sendo sempre importante ressaltar a dimensão dos valores morais de cada pessoa e seus comportamentos presentes em suas relações com outras pessoas e com culturas e povos encontrados.

Cada pessoa tem o direito de escolher o que quer fazer e se tem como fazer, fazendo assim valer o ato de se fazer algo bom quando se pode fazer e sabendo o que é esse ato bom, isso porque seus atos são resultados do caráter que tem.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) 1997, p. 52:

A ética é a reflexão crítica sobre a moralidade. Ela não tem um caráter normativo, pois, ao fazer uma reflexão ética, pergunta-se sobre a consistência e a coerência dos

valores que norteiam as ações, busca-se esclarecer e questionar os princípios que orientam essas ações, para que elas tenham significado autêntico nas relações. Há uma multiplicidade de doutrinas morais que, pelo fato de serem históricas, refletem as circunstâncias em que são criadas ou em que ganham prestígio. Assim, são encontradas doutrinas morais cujos princípios procuram fundamentar-se na natureza, na religião, na ciência, na utilidade prática.

Com isso, as pessoas são o que a sociedade deseja que sejam, são atores da vida, param sempre para pensar em como seus atos serão vistos pelos outros.

Existem muitas instituições responsáveis pela educação moral dos indivíduos, tais como: a igreja, a família, a política, o Estado e a escola.

O artigo primeiro da Lei nº 9.394, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, diz que a Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem, não somente na escola, ou seja, nas instituições de ensino, mas também na vida familiar, na convivência humana, trabalho, nas manifestações culturais, entre outros.

A escola é onde acontece não a mais importante, mas, uma das mais importantes modificações do indivíduo, tem seu poder limitado, isso porque os valores e a moral transmitida pelos professores, livros didáticos e organização institucional aos alunos pode ser modificada pela sociedade através de modelos que os alunos acreditam ser mais importantes. Com isso, as questões encontradas acabam sendo assuntos abordados e esclarecidos por cada professor.

Trazer a ética para o espaço escolar, segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997 p. 61):

(...) Configura-se, assim, a proposta de realização de uma educação moral que proporcione às crianças e adolescentes condições para o desenvolvimento de sua autonomia, entendida como capacidade de posicionar-se diante da realidade, fazendo escolhas, estabelecendo critérios, participando da gestão de ações coletivas. O desenvolvimento da autonomia é um objetivo de todas as áreas e temas transversais e, para alcançá-lo, é preciso que elas se articulem. A mediação representada pela Ética estimula e favorece essa articulação.

Na escola há limitações para o professor trabalhar, deve-se existir respeito com a realidade, identidade e individualidade de cada aluno. Isso porque cada aluno tem uma história de vida diferente, na verdade cada pessoa tem a sua história de vida, e por tal motivo diversas culturas, regras e realidade na sociedade, e para a inserção desse aluno na sociedade em que agrupa si é necessário cuidados para abordar alguns temas.

Outro fator importante que o professor deve sempre avaliar é a estrutura da família, isso porque as instituições sociais se vinculam as bases familiares, acolhendo sempre suas diversas formas de agir e pensar para desenvolver suas atitudes, tentando sempre mostrar uma melhor maneira de conviver em um grande grupo na sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, p. 62, defendem que os indivíduos se formam através do convívio e valores que podem ou não ser bons, conflitantes e complementares nesse grupo social:

(...) As influências que as instituições e os meios sociais exercem são fortes, mas não assumem o caráter de uma predeterminação. A constituição de identidades, a construção da singularidade de cada um, se dá na história pessoal, na relação com determinados meios sociais; configura-se como uma interação entre as pressões sociais e os desejos, necessidades e possibilidades afetivo-cognitivas do sujeito vividas nos contextos socioeconômicos, culturais e políticos.

O professor em sua sala de aula acaba se deparando com diversos valores, normas, modelos de comportamento que o aluno compartilha nos diferentes meios sociais em que convive. Nessa situação de acordo com Parâmetro Curricular Nacional (PCN 1997, p. 64) se requer muitas vezes elaboração para reconhecer os valores e identificar os conflitos entre os outros. “A forma de operar com a diversidade de valores por vezes conflitantes também é dada culturalmente, ainda que do ponto de vista do sujeito dependa também do desenvolvimento psicológico”.

A escola assume a responsabilidade de democracia, de descoberta, onde os alunos em suas práticas sociais entram em contato com valores determinados, regras e conceitos para poder melhorar cada um a partir de escolhas e criação de autonomia.

O papel do educador é promover uma tomada de decisão de consciência, que o resultado em um processo democrático e integrador, voltado às especificidades e diversidades socioculturais, se traduza na vontade de fazer cidadania, numa dinâmica de flexibilidade do aprender a pensar, ser, conviver que se apresenta nesse novo cenário pós- moderno.

A moral sofre transformações, principalmente quando submetida à reflexão realizada pela ética e o professor é o espelho para seus alunos, portanto seus atos serão sempre analisados e muitas vezes copiados pelos mesmos que sempre admira.

Educação é o processo pelo qual aprendemos uma forma de humanidade. “Aprender o mundo humano é aprender uma linguagem, porque os limites da minha linguagem denotaram limites do meu mundo.” (ALVES, 1993 p. 90).

Um instrumento capaz de ajudar o professor na transmissão e aprendizagem dos conteúdos estudados, democraticamente, é o tratamento interdisciplinar que o mesmo pode dar à sua prática, já que “as disciplinas, hoje em dia, são vistas como fios entrelaçados do mesmo tecido” (CURRIE, 1998 p. 11), superando a fragmentação, a compartimentalização de conhecimentos.

O educador, quando tenta aplicar a moralidade e os valores, tem a consciência que o seu modo de pensar e agir não são iguais ao pensamento e a maneira de agir dos alunos, mas respeita e permite que os alunos façam sua vontade, não os colocando em total liberdade, mas possibilitando que possam se relacionar bem com todos, participando das decisões.

Na relação professor-aluno o educador não procura usar a obediência para controlar, mas utiliza a cooperação, pois sugere, pede, persuade, permitindo que os alunos reflitam sobre qual serão suas ações e tomem suas próprias decisões, o que evita os conflitos. O professor com esta prática, estimula a criança a pensar e agir de forma autônoma. (Devries;Zan,1998 p.16).

Quando se decide em sala de aula ser ético, é de extrema importância que o educador possa ter como meta a função de mostrar aos alunos que todos precisam ser respeitados e que valores, atitudes precisam ser construídas em conjunto para que não haja conflitos. A ética não pode ser imposta, mas construída entre professor e aluno.

(...) que respeitam as diferenças e modifiquem a realidade. Quando o professor assume esta postura ele se percebe agente transformador notando que (...) sua experiência na escola é apenas um momento, mas um momento importante que precisa ser autenticamente vivido. (FREIRE, 1992, p. 113).

Se a escola deixa de cumprir o seu papel de educar em valores, a referência ética de seus alunos estará limitada à convivência humana que pode ser rica em se tratando de vivências pessoais, mas pode estar também carregada de desvios de postura, atitude comportamento ou conduta, e mais, quando os valores não são bem formais ou sistematicamente ensinados, podem ser encarados pelos educandos como simples conceitos ideais ou abstratos, principalmente para aqueles que não os vivenciam, seja por simulações de práticas sociais ou vivências no cotidiano, onde o aluno estará a mercê da sociedade. É preciso que nossas escolas ensinem valores humanos, como cortesia, compaixão, generosidade, doçura, lealdade, respeito, etc.

A ausência desses valores acarreta indisciplina e falta de educação. Yves de La Taille(1996, p 63) afirma que “(...) Se as escolas não têm educação moral e ética no seu currículo diário, ela - a escola - não deve reclamar da indisciplina de seus alunos (...)”.

Sabemos que a formação da personalidade de um indivíduo é um processo permanente, resultado de sua relação com as múltiplas realidades que norteiam seu cotidiano.

Com muita clareza, Gallo (2000, p 18-19) aponta que a articulação dos saberes forma o indivíduo intelectual e socialmente, duas realidades indissociáveis. A instrução procura fornecer aos alunos os conhecimentos básicos sobre o mundo e sobre a sociedade.

Se queremos educar para a compreensão humana, temos que educar em valores, em convicções e em atitudes. Uma educação com tais características é o que podemos chamar de

educação conscientizadora e transformadora. E o professor tem papel crucial nessa formação. É no ambiente escolar, através das vivências cotidianas nesse microcosmo, com seus pares e com os adultos, que a criança incorporará princípios básicos de justiça, tolerância, solidariedade, amor e respeito pelos direitos e deveres; e futuramente reproduzirá essas posturas na sociedade e no mundo em que vive.

Para que um professor possa ser um educador em valores, é condição essencial que ele mesmo seja exemplo de tudo que transmite por suas ações e suas atitudes. Weil (1993, p.41) nos desafia como educadores com suas reflexões a esse respeito quando afirma que:

(...) em sua formação também seria importante cultivar nos educadores uma disposição para trabalhar suas essências. Além disso, que eles sejam suficientemente lúcidos para viver a arte da atenção em si mesmos e serem honestos para mostrar como são para si próprios. Desejamos ainda que esses educadores sejam levados a apresentar frequentemente atitudes e comportamentos ligados aos valores humanos: verdade, beleza e amor.

As práticas pedagógicas que auxiliam no desenvolvimento da moralidade devem ser constituídas desde atividades de rotina na sala de aula até a seleção de conteúdos que promovam esse desenvolvimento.

Portanto, ao trabalhar a construção de valores, assim como os demais conhecimentos, “a realização dos objetivos propostos implica necessariamente que sejam desde sempre praticados, pois não se desenvolve uma capacidade sem exercê-la” (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1997, p. 94).

Não é possível definir precisamente de que modo uma pessoa chega a determinadas normas de comportamento e a conduzir-se de acordo com elas de maneira coerente. Sabemos que um conjunto de processos conscientes e inconscientes, ao longo de toda a vida, forma o nosso perfil individual. O modo como se dá o ensino e a aprendizagem, isto é, as opções didáticas, os métodos, a organização e o âmbito das atividades, a organização do tempo e do espaço na prática educativa ensinam valores, atitudes e conceitos. E a escola deve ser o lugar onde cada aluno perceba que os valores e as regras são coerentes e passíveis de uma identidade pessoal ante a perspectiva de uma vida plena e feliz.

A grandeza dessa prática educativa é o resultado de um fazer conjunto cuja cumplicidade em ensinar/aprender é orientada pelo desejo de superação e transformação. Educar é, sem dúvida, um mergulho no psiquismo humano. E na relação que mantemos com nosso aluno vivenciamos uma troca intersubjetiva. O processo de construção da subjetividade é decorrente de uma permanente interação entre o que constitui o mundo interior e o que se aprende como leitura e reflexo do mundo externo.

4. A construção dos valores na criança

A educação, quando concebida como um processo de aprendizado ao longo de nossa existência, rompe as fronteiras demarcadas pela disciplinalização. A aprendizagem em prol da evolução da consciência humana compreende a multidimensionalidade de quem aprende, e o processo de construção do conhecimento integra todas as dimensões do ser humano: corporemente-sentimento.

Educação é um processo interior que potencializa as competências humanas. Mas geralmente a escola ainda valoriza a capacidade cognitiva acima das outras qualidades humanas. No entanto, a inteligência, isoladamente, não constitui o valor de um homem.

Os profissionais de Educação devem se preocupar com a formação integral de seus alunos, não somente com o desenvolvimento cognitivo e intelectual, pois é na faixa etária que vai dos 3 aos 6 anos que as crianças começam a construir sua identidade. Então é fundamental a abordagem de assuntos relacionados aos valores humanos, para a construção de indivíduos mais “humanos” e, conseqüentemente, uma sociedade mais justa.

De acordo com os preceitos da LDB 9394/96(Lei de Diretrizes e Bases), é atribuição dos profissionais de Educação trabalhar o aluno como um todo e não como um ser fragmentado em parceria com a família. Todavia, em nossa realidade, essa parceria acaba dificultada, uma vez que o aluno passa a maior parte do tempo na escola. Então, cabe à instituição escolar suprir essa carência.

Segundo Rios (1995, p. 40), os saberes necessários para o convívio e a inserção de maneira agradável na sociedade se dão através de saberes adquiridos na escola. Afirma a autora que:

(...) A instituição escolar tem como função específica a influência do ensinar e, à medida que se destina a ensinar, a convencer os sujeitos, transmitindo-lhes os saberes necessários para direcionar sua inserção na sociedade.

As crianças possuem suas características próprias e observam o mundo e o comportamento das pessoas que a cerca de uma maneira muito distinta. Aprendem através da acumulação de conhecimentos, da criação de hipóteses e de experiências vividas.

Segundo estudiosos, tais como Jean Piaget, a concepção de justo e injusto tem uma forte ligação com o desenvolvimento cognitivo, pois de acordo com suas experiências, a criança desenvolve diferentes compreensões acerca das regras, adquirindo assim cada vez mais condições de se relacionar com elas de maneira crítica. Como exemplo disso, suponhamos alguém questionando o fato de as punições serem as mesmas para alguém que

rouba um pão para saciar sua fome, simplesmente por não ter condições de comprá-lo e um bandido que rouba e mata.

Tais apontamentos nos alertam para o fato de que quando a criança, ainda pequena, tende a criar o que chamamos de moral heterônoma, apenas obedecem às regras por respeito a uma autoridade maior, sem, todavia, refletir sobre esta ou aquela tomada de atitude e suas possíveis consequências.

Poucos anos antes das publicações de Piaget, Ferencziescrevera sobre porque as crianças obedecem a seus pais. Segundo ele, é porque há uma relação de amor entre a criança e seus pais que ela os obedece de bom grado.

(...) o aparecimento do amor objetal modifica a situação por completo. Os objetos de amor são introjetados: são mentalmente integrados ao ego. A criança ama seus pais, ou seja, identifica-se com eles, sobretudo com o do mesmo sexo... Nessas condições, a obediência deixa de ser um desprazer... Naturalmente, essa obediência espontânea tem um limite que varia segundo os indivíduos e, quando esse limite é transposto pelas exigências dos pais, quando a pílula amarga da coerção não está envolta na doçura do amor, a criança retira prematuramente sua libido dos pais, o que pode levar a uma perturbação brutal do desenvolvimento psíquico. (Ferenczi, 1990, p. 101).

Nos estudos realizados por Piaget, o processo de construção da moralidade na criança ocorre em três estágios de desenvolvimento. Durante esse processo, enquanto ela organiza o pensamento e o julgamento, podem-se observar atitudes dominantes de acordo com a idade.

Segundo Piaget(1994, p. 71), a criança passa por uma fase pré-moral, caracterizada pela anomia (a: negação; nomia: regra, lei), coincidindo com o "egocentrismo" infantil, que vai até aproximadamente os 4 ou 5 anos de idade. No período sensório-motor não existem regras; as necessidades básicas determinam as normas de conduta.

Quando a criança atinge 7 ou 8 anos, tem início a fase da moralidade heterônoma, caracterizada pelo comportamento de submissão às regras e aos deveres impostos coercitivamente. Nesse período, ela compreende as regras como sagradas porque quem as informa é o adulto, cuja superioridade é, para ela, inquestionável e inatingível.

Uma das mais importantes descobertas de Piaget (1994, p. 79) foi a de que "com a idade o respeito muda de natureza". Nesse sentido, nossas crianças estão mais dependentes de apoios da comunidade, de instituições que representem lugares adicionais de segurança, amparo e esperança, que ofereçam figuras identificatórias confiáveis.

Na relação estabelecida entre a criança e os adultos, principalmente entre ela e seus pais é onde nasce a obediência por medo da punição, a noção de responsabilidade pelos atos é avaliada de acordo com as consequências objetivas das ações, e não pelas intenções, até

mesmo fato de que a formação moral da criança é contínua. Piaget (1977, p.266) chamou de coação social "toda relação entre dois ou mais indivíduos na qual intervém um elemento de autoridade ou de prestígio". Segundo o referido autor:

(...)consiste em formar indivíduos capazes de autonomia intelectual e moral e respeitadores dessa autonomia em outrem, em decorrência precisamente da regra de reciprocidade que a torna legítima para eles mesmos (Piaget1977, p.61).

A partir dos 11 ou 12 anos, a criança é capaz de avaliações morais pessoais; em certos casos, ela entra em conflito com os sentimentos da moral heterônoma da obediência por perceber que mudar uma regra deixa de ser uma transgressão. Nesse momento, tem início o processo de passagem da moral heterônoma para a moral autônoma.

A construção dos valores morais tem início quando a criança começa a interagir com os mais diversos ambientes sociais. A partir da relação familiar, as interações sociais com os seus pares e com os profissionais envolvidos na comunidade escolar contribuirão para o desenvolvimento e a formação da personalidade do indivíduo cujos valores expressarão seu senso moral e sua consciência moral através de suas ações. Segundo a teoria Piagetiana:

(...) a substituição recíproca de pontos de vista é a condição que define a reciprocidade normativa de ordem moral. Respeitar o outro consiste, então, em atribuir à sua escala de valores um valor equivalente ao da sua própria escala. Isso não significa, absolutamente, adotar a escala de valores do outro, pois, nesse caso, não importa o conteúdo dos valores ou convicções de cada um, mas sim o fato de ter uma escala de valores. A própria pessoa, então, reveste-se de um valor moral. (Piaget, 1977 p. 83).

No cotidiano do ambiente escolar, pequenos conflitos interpessoais apontam a importância e a necessidade da existência de regras que visem à garantia do convívio social. Nessas ocorrências cotidianas, dependendo da forma como o professor lida com a situação e de sua concepção de disciplina e educação, os conflitos, naturais em qualquer relação, são vistos como uma oportunidade para trabalhar valores e regras.

Em muitas escolas, as desavenças e os atritos entre as crianças são tratados como problemas a serem extintos a qualquer custo. Ainda que, na maioria das vezes, os conflitos são vistos como nocivos e negativos. Para que o comportamento se enquadre no modelo que prioriza a obediência, as punições e recompensas são as práticas adotadas.

A ideia de Bovet (1910) foi corroborada pelo estudo sobre as regras do jogo: para que haja sentimento de obrigação é necessário que se estabeleça uma relação entre, no mínimo, dois indivíduos.

A originalidade e o interesse dessa tese (de Bovet) consistem em definir o sentimento de obrigação não do lado apenas do sujeito, mas no interior de uma relação interindividual.

Dito de outra maneira, o sentimento de obrigação não somente tem origem em uma tal relação (como em Baldwin): ele a implica constantemente. (Piaget, 1994, p. 527)

Segundo Piaget, o desenvolvimento moral e, mais ainda, as ações relacionadas a ele dependem de uma espécie de "energia motora" para que ocorram: a afetividade. Esse aspecto ganhou cada vez mais espaço nas pesquisas e o desenvolvimento de questões ligadas a sentimentos e emoções nos estudos sobre a moralidade.

Piaget expõe que a criança amadurecerá moralmente ao passo que for desenvolvendo sua capacidade cognitiva. Esse desenvolvimento cognitivo, no intuito de desenvolver a maturidade moral, implica "(...) um processo de construção do sujeito na interação (...)" (Fávero, 2002, p.79). Portanto, ao evidenciar uma prática egocêntrica das regras, nota-se que a consciência de que as regras se dão nas relações é impraticada pela criança.

Na fase heterônoma, onde o indivíduo se submete inteiramente à regra imposta, demonstra que este sujeito é seguidor de princípios que fogem do domínio de sua razão, ou seja, eles não conseguem deter o seu pensamento (reflexão) sobre a regra. Então, além de uma capacidade conceitual ainda estar imatura ou desestruturada, podemos acrescentar à esta incapacidade de julgar a regra, a falta de experiências sociais.

Para Piaget, as crianças que rejeitam as regras não provêm de um processo reflexivo ou de sua potencialidade cognitiva definida. Esse "rejeitar a regra" vem do simples fato de a criança querer realizar ou satisfazer suas vontades, seus desejos etc. Portanto, é na tentativa de se satisfazer que a criança contraria as regras e não pelo conteúdo destas.

Então, a razão de ser da criança é encontrada na submissão às regras dos adultos e é aí que encontra o sentido de sua existência. Portanto, não interessa o motivo pelo qual a regra foi desrespeitada, mas se foi, terá que ser punido.

Não importa se existia uma boa intenção quando se cometeu um "erro", a questão é que o julgamento moral da criança será baseado na consequência de sua ação e não na de sua intenção, ou seja, "(...) no estágio da heteronímia e do realismo moral (...) os atos serão julgados na base da sua responsabilidade objetiva (...)" (Duska; Whelan, 1995, p. 31).

Yves de La Taille (1996) apresenta o "Tratado Pedagógico", texto no qual Kant formula alguns pensamentos sobre a educação, depositando nessa a grande responsabilidade de formar o homem para o bem, devendo sempre estar a frente, isto é, educando o homem do momento com um olhar para o futuro, na busca de uma sociedade cada vez melhor e mais aperfeiçoada. Sendo assim, é otimista em acreditar no aprimoramento da humanidade, porém,

apresenta um certo descontentamento com a educação que observa em seu momento histórico.

Esse descontentamento se faz presente em seus dizeres trazidos por La Taille(1996, p.140):

(...) Os pais habitualmente educam seus filhos apenas em vista do mundo atual, por mais corrompido que seja. Eles deveriam, pelo contrario, lhes dar uma educação melhor, de maneira que um melhor estado possa surgir no futuro. Mas dois obstáculos encontram-se aqui: 1) os pais ordinariamente somente têm preocupação que seus filhos se dêem bem na vida; 2) os príncipes somente consideram seus sujeitos como instrumentos para seus objetivos. Os pais somente pensam na casa, os príncipes, no estado.

Dessa forma, é preciso mostrar que a partir do momento que conseguir respeitar regras sem imposições do adulto, conquistará aos poucos sua liberdade. As regras colocadas às crianças não devem, portanto, ser arbitrárias, o melhor é que elas saibam o porquê e para que precisam respeitá-las. Kant acredita que dessa forma o adulto ajude a formar o caráter dos pequenos. Essa fase da educação moral, encarada como negativa e fundada na disciplina, porém, não basta para a formação moral, entra aqui então, o papel da instrução e não mais da disciplina.

Kant entende que instruir a criança é ensiná-la a pensar o que demanda algumas condições apresentadas por La Taille (1996). A primeira delas seria cultivar alguns procedimentos que ela não cria por si só. A segunda seria trabalhar a memória acompanhada sempre pelo juízo, não como mera técnica.

Os conteúdos nesse prisma precisam ser trabalhados sempre em relação à vida da criança, sendo essa outra condição para ensinar a pensar. O fazer, ou as atividades práticas, também ocupa um papel primordial nesse processo. As regras da linguagem, ou melhor, tomar consciência das regras que se emprega ao falar, também ocupa papel importante para Kant no que se refere à instrução.

Na evolução da moralidade a criança caminha para a adolescência. Nessa fase Piaget supõe que amoral passa a ser autônoma. As normas deixam de ser aplicadas de forma rígida, começa-se a considerar as posições e situações vividas por cada indivíduo. O valor do ato é julgado não em função das suas consequências, mas da sua intenção. Para o autor, o adolescente é capaz de estabelecer princípios morais gerais, e criar códigos próprios de conduta.

Entretanto, Kamii (1970) mostra que Piaget, apesar de não ter se dedicado a pesquisar a evolução da moralidade na fase adulta, afirma que raros são os adultos que têm verdadeiramente moral, haja vista as mazelas sociais.

Kamii (1970, p.70) discute o que faz os adultos serem moralmente autônomos sobre o prisma da teoria piagetiana. Apresenta a resposta que Piaget dá quando é questionado sobre

o desenvolvimento da autonomia moral: “Os adultos reforçam a heteronímia natural da criança quando usam de recompensa e punição; eles incentivam o desenvolvimento da autonomia quando trocam ponto de vistas com a criança”.

Se o adulto quer que a criança desenvolva valores morais, deve incentivar que a mesma os construa, pensando nas consequências de seus atos. Os adultos devem deixar de lado punições e recompensas e induzir as crianças a construir seus próprios valores morais.

Agir com autonomia moral, para Kamii (1970), não é agir com liberdade completa, mas sim considerando o ponto de vista de outras pessoas envolvidas na questão, para então resolver o conflito. Quem considera o ponto de vista de outros não vai achar moral, por exemplo, a mentira, faltar com a palavra empenhada e outros delitos morais.

Outra questão, quando Piaget e Kant escrevem sobre a autonomia, deixam claro que essa é desenvolvida aos poucos e que a princípio a criança é, e precisa ser, heterônoma (governada por outros), para que através das interações que estabelecem passem de um estado de heteronímia para a autonomia. No entanto, o que se leu, segundo LaTaille (1996, p.182) foi:

(...) a heteronímia é condenável, porque fonte de injustiças e autoritarismos; as regras escolares devem ser produto de um “combinado” no qual as crianças participam e decidem tudo. Como consequência temos – em nome de uma boa idéia – produzido pequenos adultos, os quais esperamos que participem ou que definam normas de convivência, que exibam uma autonomia e uma responsabilidade acima das que seriam correspondentes à sua idade ou nível de desenvolvimento.

La Taille(1996, p.137)entende que a escola e a família há tempos atrás eram “adultocêntricas”, ou seja, as crianças deviam se adaptar ao mundo adulto, realizando aquilo que os pais e professores determinavam e agora tornaram-se “puericêntrica”, ou seja, são as crianças que determinam o que os pais e professores devem fazer, e esses precisam se adaptar aos pequenos.

Tendo conhecimento que as crianças e adolescentes seguem fases mais ou menos parecidas quanto ao desenvolvimento moral, cabe ao educador compreender que há determinadas formas de lidar com diferentes situações e diferentes faixas etárias. Cabe a ele, ainda, conduzir a criança na transição anomia - heteronímia, encaminhando-se naturalmente para a sua própria autonomia moral e intelectual.

Faz-se urgente achar novamente o fio condutor, os trilhos que conduzem a uma sociedade ética, para que as futuras sociedades consigam viver em harmonia, ou pelo menos, em uma relação de respeito mútuo. E para tal precisa-se partir da educação de nossos

pequenos, que hoje ainda estão nos bancos escolares, estando aí a verdadeira função da educação atual.

5. Considerações Finais

Com este trabalho podemos considerar que a formação da ética e valores morais na criança se inicia desde muito cedo e para o educador começar a inserir esses valores deve ter ciência de que ética e moral são palavras distintas, mas um conjunto que depende um do outro.

O educador é um exemplo para a criança, e suas atitudes são espelhadas, copiadas pelos alunos. O professor nos dias de hoje está sendo além de educador o alicerce da base moral da criança que passa mais da metade do seu tempo na escola, que por si deve ser a grande formadora de cidadãos.

A família é uma base muito importante nessa formação, mas está deixando a função de criar e educar para os profissionais de educação, que acabam ocupando o papel de pais e escola. Para essa formação no círculo familiar ser a principal da vida da criança, ela deve ter em sua bagagem além do conhecimento, o respeito ao próximo, aprender a escutar e entender, a dialogar e principalmente o que é o certo e o errado. Isso porque a ética está relacionada a esses aspectos.

A escola, para transmitir a ética e a moral, deve ter em seu corpo docente profissionais éticos e que preservem os valores e costumes de cada aluno, os ajudando a se inserir na sociedade, onde os exemplos ruins sirvam de aprendizado para se fazer o bem, não somente social, mas espiritual também.

De acordo com a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) a escola é um espaço de formação de valores que expirem cidadania. Portanto cabe aos educadores serem profissionais, não deixando de lado sentimentos e razão, para que nossas crianças exerçam direitos e deveres de acordo com o que a sociedade espera e principalmente com ciência de que está fazendo o certo sem ser induzido pela mesma sociedade.

6. Referencias

ADORNO, T. W. **Teoria da semicultura**. In: Educação e Sociedade: Revista Quadrimestral de Ciência e Educação, Ano XVIII, nº56. São Paulo: Papyrus,1996.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Teoria crítica e teoria tradicional**. In: Max Horkheimer. Teoria Crítica I – Uma documentação. Tomo I. São Paulo: Perspectiva,1990.

ALVES, R. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 27ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ARANHA, M. L. de A.; MARTINS, M. H. P. **Filosofando: introdução à filosofia**. São Paulo: Moderna, 1986.

BOFF L. **Éticaplanetaria desde elgransur**. Editorial Trotta SA: Madrid, 2001.

BOVET, P. **La conscience de devoirdansl'introspectionprovoquée: Expériencessurlapsychologie de lapensée**. Archives de Psychologie, 9, 1910, 304-369. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-79721999000200013&script=sci_arttext>. Acesso em 18 ago. 2012

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília: Imprensa Oficial, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Ensino Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais e ética**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

CABANAS, J. M. Q. **Pedagogia moral – El desarrollo moral integral**. Madrid: Dykinson, 1995.

CAMARGO, E. C.; FONSECA, J.A.L. **A ética no ambiente escolar: educando para o diálogo**. Artigo publicado em 2008. Disponível em <http://www.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/021e4.pdf> Acesso em 28 out. 2012.

CAMBI, F. **História da pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

CURRIE, K. L. **Meio ambiente: interdisciplinaridade na prática**. Campinas/SP: Papyrus, 1998.

DEVRIES, R.; ZAN, B. **A ética na educação Infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas 1998.

DOSTOYEVSKY, F. **Crime e castigo**. Trad. Paulo Bezerra. 34ª ed. São Paulo: Singular Digital, 2001.

DUSKA, R.; WHELAN, M. **O desenvolvimento moral na idade evolutiva**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

ESPINOSA, B. **Pensamentos metafísicos**. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Ética**. Trad. Livio Xavier. São Paulo: Atena, 1991.

_____. **Ética demonstrada à maneira dos geômetras**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

FÁVERO, A. A. **Os paradigmas filosóficos e o problema do método**, in FÁVERO, A.; TROMBETTA, G. L.; RAUBER, J. J. (Org.). *Filosofia e racionalidade*. Passo Fundo: UPF, 2002.

FERENCZI, L. **O professor como agente de mudança social**. São Paulo: E.P.U., 1990.

FERREIRA, A. B. de H. **Dicionário Aurélio básico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

FOUCAULT, M. **Soberania e disciplina**. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREITAS, L. **A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado**. São Paulo: Cortez, 2003.

FREUD, S. **Conferências introdutórias sobre psicanálise**. Edição Standardbrasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. Vols. XV e XVI, Rio de Janeiro: Imago, 1916-1917; 1915-1917.

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. Trad. Paulo Dias Corrêa. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

GALLO, S. **Transversalidade e educação: pensando uma educação não-disciplinar**. In: ALVES, N. e GARCIA, R. L. (orgs.). *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2000.

JAEGER, W. **A formação do homem grego**. Trad. Artur M. Parreira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

KAMII, C. **A teoria de Piaget e a educação pré-escolar**. Sociocultur. Lisboa, 1970.

KANT I. **Crítica e razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

_____. **Crítica da razão prática**. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

LA TAILLE, Y. **A educação moral: Kant e Piaget**. In: MACEDO, L. (Org.). *Cinco estudos de educação moral*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1996.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**. Instituto de Marxismo-Leninismo (Trad.). 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus professor, adeus professora? Novas exigências educacionais e profissão docente**. São Paulo: Cortez, 1998.

LUXEMBURGO R. **O preço da liberdade**. Jörn Schüttrumpf (org.). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Maria Julia Goldwasser (trad.). 2ª ed. São Paulo; Editora Martins Fontes, 1997.

NIETSCHE F. W. **Além do bem e do mal**. Trad. Mario Ferreira Santos. São Paulo: Sagitário, 1925.

PIAGET, J. **O juízo moral na criança**. 4ª ed. São Paulo: Summus, 1994.

_____. **O julgamento moral da criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

REBOUL, O. **Les valeurs de l'éducation**. Trad. Olga Pombo. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.

RIOS, T. A. **Ética e competência**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, 7ª ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

_____. **Escola e democracia**, 33ª ed. Campinas, Autores Associados, 2000.

VIDARI, G. **Elementi di Etica**. 4ª ed. UlricoHoepli: Milão, 1922.

WEIL, P. **A arte de viver em paz – uma nova consciência da paz**. São Paulo: Gente, 1993.

WHITE, E. G. **Educação cristã**. Tatuí: Casa Publicadora Brasileira, 1997.